

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N° 054

Período: de 12/10/02 a 18/10/02

Franca – Brasil

- 1 – Forças Armadas vão garantir segurança no segundo turno das eleições
- 2 - União pagará R\$ 6,5 milhões para família de desaparecido do regime militar
- 3 - Comissão da Marinha e Agência Nacional do Petróleo irá apurar acidente na P-34
- 4 – Força Aérea Brasileira e Polícia Federal se unem para combater o tráfico de drogas

Forças Armadas vão garantir segurança no segundo turno das eleições

A exemplo do que ocorreu nas eleições do dia 6, as Forças Armadas vão fazer parte do esquema de segurança para o segundo turno no Rio de Janeiro. Diante da tentativa de resgate de líderes da facção criminosa Comando Vermelho, presos no presídio de segurança máxima Bangu 3 e dos ataques em vários pontos da cidade, ocorridos no último dia 16, a governadora Benedita da Silva enviou ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) um pedido formal para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica integrem as forças de segurança nas eleições. Por sua vez, o TRE do Rio de Janeiro já pediu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o envio das tropas federais. O pedido de tropas terá que ser aprovado em sessão administrativa pelo TSE para só depois ser encaminhado ao Ministério da Defesa. A preocupação da governadora é que outras ações possam ser deflagradas pelo tráfico até dia 27, quando será realizado o segundo turno. A governadora Benedita lembrou que o pedido de ajuda às Forças Armadas no primeiro turno teve como base investigações do setor de inteligência da Secretaria de Segurança, de que traficantes tumultuariam as eleições. O relações públicas do Comando Militar do Leste (CML), coronel Ivan Cosme, disse que, embora o CML não tenha recebido ainda qualquer documento do TRE, as tropas já estão sendo preparadas para trabalhar no segundo turno. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, defendeu o envio de tropas do Exército para conter a escalada de violência no Rio de Janeiro. Naves afirmou que os episódios ocorridos na cidade, principalmente o ataque ao Palácio Guanabara, sede do governo fluminense, são sinal de uma crise aguda vivida pelo Estado do Rio de Janeiro. No entanto, na opinião de Naves, os militares deveriam ser chamados apenas como uma "medida excepcional" e, em seguida, retornariam aos quartéis. Além do Rio de Janeiro, os Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Pará, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins também irão contar com a presença das tropas federais, como já ocorreu nesses mesmos Estados no primeiro turno das eleições. (O Globo – Plantão – 16/10/02; Jornal do Brasil – Rio – 17/10/02; O Estado de S. Paulo – Cidades – 17/10/02; O Globo – Rio – 17/10/02; Jornal do Brasil – Tempo Real – 16/10/02; Folha de São Paulo – Cotidiano – 17/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 17/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 18/10/02; O Globo – Rio – 18/10/02; Jornal do Brasil – Brasil – 18/10/02)

União pagará R\$ 6,5 milhões para família de desaparecido do regime militar

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve por unanimidade a decisão da Justiça de Pernambuco que condenou a União a indenizar Felícia Moraes Soares e Henrique Rui de Moraes Soares, mulher e filho do militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) Ruy Frazão, preso pela ditadura militar e desaparecido desde 1974. A indenização, de R\$ 6,5 milhões, é considerada a maior já concedida a famílias de desaparecidos políticos. O valor foi calculado multiplicando-se a soma dos salários que Ruy teria recebido até hoje por uma vez e meia, com correção monetária. Líder estudantil em Pernambuco, Ruy foi preso e torturado em 1964. Libertado, foi estudar nos Estados Unidos e denunciou a tortura no Brasil numa reunião da Organização das Nações Unidas (ONU). De volta ao país, se tornou fiscal da Receita Federal no Maranhão, mas engajou-se na Ação Popular e passou a viver na clandestinidade. Na manhã de 27 de maio de 1974, foi levado de uma feira em Petrolina (PE) por policiais armados no porta-malas de uma caminhonete e nunca mais foi visto. Apesar da reparação financeira não irrisória, a viúva ressalta que ainda falta o fundamental: a entrega dos restos mortais de Ruy. Quanto à possibilidade ou não de recurso diante da decisão do STJ, os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S.Paulo* apresentaram divergências: enquanto o primeiro afirma que há um recurso da União no STJ, e além desta a Advocacia Geral da União ainda irá decidir se cabe um novo recurso, os últimos afirmam que, uma vez sendo a decisão do STJ unânime, não cabe recurso, com a previsão da liberação do dinheiro para o fim de 2004. (Jornal do Brasil – Brasil – 17/10/02; O Globo – O país – 17/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 17/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 18/10/02)

Comissão da Marinha e Agência Nacional do Petróleo irão apurar acidente na P-34

Os quatro técnicos que integram a comissão conjunta de investigação criada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil para apurar as causas do acidente no navio-plataforma P-34, da Petrobrás, embarcaram no equipamento para realizar investigações locais sobre a pane no seu sistema elétrico ocorrida no último dia 13. A comissão é formada por dois técnicos da Superintendência de Desenvolvimento e Produção da ANP e dois oficiais da Gerência Especial de Vistorias, Inspeções e Perícias da DPC. (Folha de São Paulo – Brasil – 17/10/02; Folha de São Paulo – Cotidiano – 17/10/02; Jornal do Brasil – Rio – 18/10/02)

Força Aérea Brasileira e Polícia Federal se unem para combater o tráfico de drogas

A Polícia Federal e a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciaram uma verdadeira operação de guerra, inédita, na Serra Acaraí, fronteira do Estado do Pará com a Guiana e Suriname, utilizando aviões de caça para bombardear pistas clandestinas usadas pelo narcotráfico, que exporta cocaína para os Estados Unidos e Europa e abastece o mercado nacional, principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo. Tal ofensiva militar faz parte dos planos do governo federal para combater o crime organizado. A ação, que deve representar um duro golpe no tráfico dos dois Estados, se desenvolve a 1 quilômetro da zona de litígio

disputada por guianenses e surinameses, para onde estão se deslocando laboratórios de refino de cocaína, antes instalados na Colômbia. Os seis caças AMX da FAB, do mesmo tipo usado por forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em Kosovo, há três anos, estão lançando bombas de cerca de 460 quilos nas pistas, localizadas por satélite. O avião R99A, que faz parte do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com radar a bordo, faz a coordenação das ações e controla o tráfego aéreo. A operação, batizada de Guisu (união das siglas de Guiana e Suriname), está sendo conduzida pela PF, com ajuda de diversos helicópteros e um avião Hércules, que faz o abastecimento dos bombardeios em pleno vôo. Segundo o Comando da Aeronáutica e o Ministério da Justiça, pelo menos 190 homens da FAB e da PF estão envolvidos. A operação, que abrange área de 200 mil quilômetros quadrados, deverá ser mantida até o fim do mês, para conseguir destruir logo as oito pistas clandestinas em território brasileiro. Apesar do planejamento dessa ação ter sido realizado secretamente pela Polícia Federal, Aeronáutica e governos da Guiana e do Suriname, segundo o jornal *O Globo*, para evitar problemas diplomáticos a Força Aérea Brasileira não participará da próxima etapa, cuja data está mantida em sigilo. As pistas restantes serão destruídas pela PF com auxílio das autoridades da Guiana e do Suriname. (O Estado de S. Paulo – Cidades – 17/10/02; O Globo – O País – 17/10/02; Folha de São Paulo – Brasil – 18/10/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.

